

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA: O PAPEL DA COAFRA NA DEMOCRATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Eduardo Moraes

Universidade da Amazônia – UNAMA

pesquisador.eduardo@gmail.com

Diego Mascarenhas

Universidade da Amazônia – UNAMA

diegomask_85@hotmail.com

Erick Lira

Universidade da Amazônia – UNAMA

erick.lira.c@outlook.com

Cyntia Martins

Universidade da Amazônia – UNAMA

cynthiamei@hotmail.com

Isabel Nascimento

Universidade da Amazônia – UNAMA

isabelmota.unama@gmail.com

Resumo: A economia solidária tem papel crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como um de seus principais instrumentos as cooperativas. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as ações voltadas para a economia solidária presentes na Cooperativa de Frutos da Amazônia – COAFRA. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento em bases científicas e análise das redes sociais da cooperativa. Os resultados evidenciam que a COAFRA realiza práticas que promovem o desenvolvimento local sustentável, o fortalecimento da democracia participativa e a circulação transparente de informações entre os membros, como a gestão colegiada, projetos de educação comunitária e campanhas de conscientização ambiental. O estudo destaca a cooperativa como um espaço de governança comunitária que atua de forma complementar às políticas públicas formais, contribuindo para a construção de agendas sociais a partir do território.

Palavras-chave: Cooperativas. Economia solidária. Políticas públicas. Transparência. Desenvolvimento territorial.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

10 – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

1. INTRODUÇÃO

A solidariedade na economia propõe condições igualitárias aos que se associam para produzir, vender, consumir ou poupar, Teodorovicz (2024). Nesse sentido, a economia capitalista tem gerado desigualdades sociais e regionais, consequência da divisão internacional do trabalho, surgindo assim, formas de trabalho precarizadas, inconstantes, fragmentadas e terceirizadas, relacionadas a escravidão nos mais diversos espaços da produção.

Ao contrário do que ocorre no sistema capitalista, que declara a geração de riquezas como fim principal da atividade econômica, o sistema solidário está fundado em valores que consideram aspectos culturais, sociais e ambientais, tendo como princípios básicos a solidariedade, a cooperação, a democracia e a valorização do ser humano, Teodorovicz (2024).

Nesse sentido, entende-se que a economia solidária tem por princípios básicos contraditar a exploração da força de trabalho ao propor processos de produção cooperada, associada espontaneamente e sob controle dos próprios trabalhadores, como um modo de produção cuja característica central é a igualdade de direitos, acrescida da autogestão, ou seja “os empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, com cada membro tendo direito a um voto” (Singer, 2002).

As cooperativas então, exercem papel fundamental sob a ótica da economia solidária, por terem em sua essência princípios cooperativistas, como: Gestão democrática, interesse pela comunidade, educação, formação e informação. Valores esses que estão associados a economia solidária e que conferem às cooperativas uma identidade única, que as diferencia de outros tipos de empreendimento e implica que tenham características organizacionais distintas (Ada et al., 2022).

A relevância deste estudo está na necessidade de aprofundar empiricamente o entendimento sobre como organizações da economia solidária operam como promotoras do bem comum e catalisadoras de inclusão social. Na região amazônica, especialmente em áreas onde a atuação do Estado é limitada ou fragmentada, cooperativas assumem um papel estratégico no fortalecimento da democracia local, na disseminação de informações e na construção de comunidades mais resilientes (OLIVEIRA, 2024). Compreender essas experiências é essencial para informar políticas públicas mais sensíveis às realidades territoriais.

A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos empíricos sobre práticas de economia solidária na região amazônica, especialmente com foco na transparência da gestão, circulação de dados entre os membros e impactos sociais nos territórios onde estão inseridas. Compreender essas experiências é essencial para fortalecer modelos de desenvolvimento baseados na equidade, na democracia e na sustentabilidade.

Apesar do avanço das cooperativas no Brasil, ainda são escassos os estudos que analisam como essas organizações promovem práticas de governança democrática e de circulação de dados no nível local. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder: em que medida as ações da COAFRA configuram práticas de economia solidária que dialogam com os princípios de transparência, desenvolvimento territorial e democracia participativa?

O principal objetivo deste estudo é identificar quais ações voltadas para a economia solidária existem na Cooperativa de Frutos da Amazônia – COAFRA. A partir da análise de suas práticas sociais e organizacionais, o estudo também propõe refletir sobre como a

autogestão, a transparência na circulação de informações internas e a relação com a comunidade local podem representar mecanismos alternativos de fortalecimento da democracia participativa e da construção de políticas públicas de base territorial. A COAFRA é analisada, portanto, não apenas como um empreendimento econômico cooperativado, mas como um espaço potencial de governança colaborativa, contribuindo para a visibilidade de demandas locais e a inserção dessas pautas na agenda pública por meio de práticas comunicacionais e sociais que viabilizam o acesso à informação, o engajamento coletivo e o desenvolvimento sustentável.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DISCUSSÕES

O conceito de economia solidária não é unívoco (Iaskio, 2007a), posto que muitos pensadores a referenciam como “economia popular solidária”, “economia popular” ou “socioeconomia solidária”. Ao refletir sobre a multiplicidade de conceitos, Marcos Arruda explica que nada mais é do que uma tentativa de recuperar o sentido original da palavra economia, que, no grego, significa gestão (Arruda, 2003).

Logo, em linhas gerais, a economia solidária consiste no trabalho associado, cujos trabalhadores se associam livremente para produzir e/ou comercializar bens, ou serviços, para gerar trabalho e renda. Esses modelos de associações diferem por se organizarem a partir da autogestão e pela propriedade coletiva dos meios de produção. O exercício da autogestão permite que os trabalhadores tenham uma visão estrutural de tudo o que acontece dentro da associação ou cooperativa, incluindo seus problemas e projetos, posto que todas as questões são decididas democraticamente por meio de assembleias (Singer, 2002).

A economia solidária surgiu no século XX como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção que envolve um amplo conjunto de práticas coletivas em busca de novas estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial. Sua origem está relacionada com a construção de alternativas por parte de trabalhadores desempregados, a partir de meados da década de 1980, na América Latina, mas também expressa o desejo por formas coletivas de organização da produção e da vida.

O termo “economia solidária” ganhou expressão e oficialidade no Brasil no decorrer dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas baseadas na livre associação de pessoas reconhecidas por sua índole participativa e por seus princípios de cooperação e autogestão. Com sua expansão, o campo de práticas identificadas com a economia solidária passou a abarcar diferentes categorias sociais e diversas modalidades de organização - incluindo unidades informais de trabalho e geração de renda, associações de produtores e consumidores, cooperativas populares, empresas recuperadas por trabalhadores, sistemas locais de troca e bancos comunitários, umas e outras dedicadas principalmente à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito, CARLEIAL (2003).

A economia solidária tem sido construída gradativamente, como uma resposta direta à busca por formas alternativas e complementares aos fluxos de trabalho tradicionalmente praticados no mercado. A economia tradicional de livre mercado e de livre concorrência, não obstante seus méritos, ainda não foi capaz de resolver problemas sociais centrais e ainda perseverantes na sociedade atual. Por esse motivo, de forma paralela ou complementar à própria economia tradicional de mercado, surgem diferentes formas de organização econômica, pautadas, não raras vezes, em princípios alternativos ou pelo menos complementares (que inspiram valores sociais e humanistas) para — pelo menos — parcela da sociedade, especialmente aquela preterida economicamente e que teria menores chances

de êxito na lógica econômica competitiva tradicional (Singer, 2002).

Nesse sentido, conforme a autora Martha Nussbaum, em seu trabalho *Creating Capabilities* (2011) a economia solidária tem papel crucial em garantir as capacidades essenciais para o florescimento humano, incluindo saúde, educação e a participação plena na vida social e política. Nussbaum defende que, para alcançar um desenvolvimento pleno e justo, é necessário não apenas assegurar liberdades instrumentais, mas também promover condições para que cada indivíduo possa realmente exercer suas capacidades e escolhas, respeitando suas especificidades culturais e individuais

Diferente do modo de produção capitalista, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer, 2002). A economia solidária é fundamentada em princípios que defendem a vida humana e a dignidade do indivíduo, ela constitui um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e revertido para satisfazer as necessidades de cada um. Além disso, a economia popular solidária é construída sob um conjunto organizacional de empresas, trabalhadores, consumidores e governo que juntos são capazes de construir e fomentar relações interpessoais, trazendo uma melhoria na qualidade de vida e renda da população mais carente.

2.1 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Cooperativas são sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais. A Cooperativa é uma organização econômica, por outro lado, não é um empreendimento que visa ao lucro, mas também não é uma associação caritativa.

Para Pinho (2004, p.124), “a cooperativa pode ser entendida como ‘uma empresa de serviços’ cujo fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que criam com seus próprios esforços e risco”. E complementa ainda que a cooperativa “distingue-se da ‘empresa capitalista’, porque nesta a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim a multiplicação ou rendimento do capital investido” (PINHO, 2004, p.124).

Os princípios cooperativistas foram criados juntamente com a primeira cooperativa formada em Rochdale, Inglaterra. Essa cooperativa foi fundada em 1844 como Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, como uma cooperativa de consumo, formada por 28 tecelões que se uniram com o objetivo de enfrentar a crise industrial da época e buscar estabelecer uma colônia cooperativa autossuficiente através de alimentos a preços justos, educação dos membros e familiares, acesso à moradia, trabalho através da compra de terra e fábricas (Cançado, 2005, Polonio, 2004, OCB, 2016). Os princípios cooperativistas são regras de conduta a serem seguidas pelos associados, e foram criados

a partir da necessidade de estabelecer normas para orientar a estrutura e o funcionamento dessas organizações (Bertuol et al., 2012).

Abarghani *et al.* (2013) destacam que uma cooperativa agrícola pode ser definida como uma comunidade de pessoas que se uniram voluntariamente para alcançar objetivos econômicos e sociais. A união do povo visa a melhoria de todos, distribuindo renda de forma equitativa, desenvolvendo a autogestão e superando as dificuldades em conjunto (Felicio; Cristofoli, 2004).

Em muitos países em desenvolvimento e em transição, os meios de subsistência de pequenos agricultores em áreas rurais dependem, principalmente, da renda gerada por atividades agrícolas e/ou não agrícolas (Wang, 2022). Em essência, espera-se que as

cooperativas melhorem tanto a produção agrícola quanto a comercialização e permitam que seus membros obtenham benefícios econômicos que os pequenos agricultores normalmente não conseguiriam alcançar sozinhos (Ma *et al.*, 2018).

No que diz respeito a participação de mercado, as cooperativas agrícolas disputam mercado com grandes organizações não cooperativas, estando sujeitas às pressões do ambiente de negócios, por ganhos de escala e escopo, forçando a adoção de nova estruturação organizacional, com diversificação na cadeia produtiva, verticalização e ampliação de sua atuação geográfica (Simão *et al.*, 2017). Esse dinamismo do ambiente impõe às cooperativas a aplicação de modelos administrativos avançados com profissionalização da gestão e implementação de ferramentas organizacionais (Casagrande, 2008).

Em termos de produção agrícola, elas podem ajudar os membros a se beneficiar de economias de escala para reduzir seus custos de aquisição de insumos de produção (por exemplo, fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas) ou contratação de serviços (por exemplo, armazenamento, transporte e mecanização). No que diz respeito ao *marketing* de produtos, as cooperativas podem servir diretamente como um canal de *marketing* e comprar produtos diretamente de seus membros. A venda de produtos por meio de cooperativas agrícolas permite que os membros desenvolvam novas oportunidades de mercado e melhorem sua posição no mercado (Amiquero *et al.*, 2023).

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COOPERATIVAS

As cooperativas enquanto organizações sociais podem ser consideradas como: “um negócio de propriedade e controle do usuário que distribui benefícios com base no uso” (Barton, 1989, p. 1). Os três componentes desta definição indicam que as cooperativas estão ligadas ao conceito de capital social, uma vez que o objetivo de uma cooperativa não é transmitir ganhos de capital ao proprietário, mas sim criar benefícios para um grupo de membros. Esses benefícios não devem ser distribuídos proporcionalmente ao valor da propriedade, mas em relação ao investimento dos membros.

Para Vista e Lionais (2015) e Hata *et al.* (2016), as cooperativas estão preparadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade porque conectam os membros e seu trabalho a questões, oportunidades e recursos locais. Sendo considerada uma “organização baseada no capital social”, a base social das cooperativas tem sido reconhecida como a principal vantagem competitiva em comparação com outras empresas de risco (Spears, 2000). Estudiosos cooperativistas enfatizaram a importância do capital social e tentaram vincular o termo ao desenvolvimento e desempenho das cooperativas (Nilsson *et al.*, 2009; Valentino, 2004).

As cooperativas envolvem fornecedores de recursos primários ou com valor agregado, que exercem um importante papel na sociedade e pode-se depreendê-las como um agente catalizador importante para as mudanças das práticas produtivas, (Sultana *et al.*, 2020). Elas exercem um papel importante para seus cooperados e sociedade, pois os valores cooperativos como a tomada de decisão democrática, a igualdade e a solidariedade conferem às cooperativas uma identidade única, que as diferenciam de outros tipos de empreendimentos e implica que tenham uma característica organizacional distinta (Ada *et al.*, 2021).

Gallardo-Vásquez *et al.*, (2014) alertam que a condição cooperativa introduz peculiaridades que merecem ser estudadas. Destacam que a diferença reside na dupla natureza, de cumprir objetivos econômicos e sociais, o que confere uma perspectiva mais humanista às operações cotidianas e diferencia as cooperativas das empresas privadas, preocupadas principalmente com retornos financeiros. Para Amomares *et al.*, (2017), as cooperativas contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, expandindo a

responsabilidade social como meio de desenvolvimento.

Existem vários tipos de cooperativas de acordo com seu setor de atuação, sendo um dos maiores as cooperativas agrícolas, por meio da ação coletiva, as cooperativas oferecem aos pequenos proprietários a oportunidade de acessar mercados que de outra forma seriam inacessíveis, reunir recursos para superar restrições financeiras, aumentar os fluxos de comunicação e negociar coletivamente com os compradores para receber melhores preços. Em muitos países em desenvolvimento, as cooperativas agrícolas visam aumentar o acesso ao mercado e aumentar a renda dos pequenos produtores (Poole; De France, 2010).

É possível relacionar as cooperativas agrícolas a economia solidária, pois ela tem raízes em modos ancestrais de produção coletiva do Sul global e na organização de pequenos agricultores em meio rural, onde é predominante no Brasil. As iniciativas econômicas solidárias se apresentam sob a forma de empreendimentos do tipo cooperativa, associação, grupos informais ou arranjos mais complexos em torno de cadeias produtivas, comércio justo, crédito solidário e moeda local. Tais empreendimentos são caracterizados por propriedade coletiva dos meios de produção, socialização dos recursos e adoção dos princípios de equidade e solidariedade, que estimulam sistemas mais amplos de reciprocidade e novo valor à noção de justiça. No regime de autogestão, as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, com o mesmo poder de voto (Geiger et al., 2018).

Sob tais princípios, a economia solidária expressa uma racionalidade econômica substantiva, cuja finalidade é a reprodução ampliada da vida, e não do capital. Na perspectiva substantivista, a economia não é uma esfera regida centralmente pelo princípio do mercado, “em que as contas precisam fechar a qualquer custo”, e sim pelo princípio de reciprocidade (Polanyi, 2012). Ademais, a reciprocidade não se restringe ao interior do empreendimento; ela também expressa preocupação com a comunidade e com o meio ambiente. Portanto, a dinâmica produtiva é parte da vida. Nos empreendimentos de economia solidária, as ações conectam as práticas econômicas às sociais, estimulando a participação e o engajamento em questões da comunidade (Geiger, 2009).

3 METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, uma vez que o foco é, adicionalmente à descrição e buscar apresentar e discutir as razões para o fenômeno estudado (Cooper; Schindler, 2011). De tal modo, caracteriza-se por expor um método científico dedutivo, pois se baseou na revisão teórica com a apreciação dos pressupostos e, posteriormente, das indagações que irão apoiar ou refutar a teoria (HAIR JR. et al., 2005).

3.2. ABORDAGEM

O estudo se caracteriza com uma abordagem qualitativa em que os métodos utilizados corroboram com os pesquisadores na explicação do objeto a ser investigado (Pereira et al., 2018). É classificada também como pesquisa bibliográfica descritiva porque não se pretende provar mais, na verdade descrever os resultados obtidos na busca dos dados relacionados com os objetivos propostos, além disso foi realizada pesquisa documental, que consiste em ser realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (MARCONI; LAKATOS, 2012).

3.3. INSTRUMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Os procedimentos para obtenção de dados, para a pesquisa bibliográfica foram realizados por meio das plataformas quanto a metodologia utilizou-se de um levantamento bibliográfico artigos nacionais e internacionais publicados nos últimos 5 nas seguintes bases de dados: Spell, Scopus e Google Acadêmico, a pesquisa documental aconteceu por meio de pesquisas nas redes sociais da Cooperativa de frutos da Amazônia- COAFRA.

4 RESULTADOS:

O objeto de estudo desta pesquisa se trata das cooperativas, que se diferenciam das organizações de capital, por seguirem princípios doutrinários cooperativistas, atendendo, além da dimensão econômico-financeira, à dimensão social do empreendimento; ou ainda atender ao mercado consumidor e ao associado com produtos e serviços (Bialoskorski, 2015).

Segundo os dados do Anuário Cooperativo (OCB, 2019), em 2018, o Brasil contava com 6.828 cooperativas ativas, sendo 1.613 pertencentes ao ramo agroindustrial, que representa os segmentos com maior número de empreendimentos. Estima-se que aproximadamente 50% de tudo o que é produzido e comercializado pelo agronegócio brasileiro passe, em algum momento, por uma cooperativa (OCB, 2019). Ainda segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2019), no mesmo ano, as

cooperativas agroindustriais empregaram diretamente 209.778 pessoas, reunindo 1,2 milhão de cooperados.

O Estado do Pará, localizado na Amazônia oriental, é composto por 144 municípios e o segundo maior em extensão territorial nacional, destacam-se ainda nele a existência de subdivisões geográficas. Entre os setores que atuam no Estado, a agropecuária é de grande importância e possui crescimento significativo na economia, principalmente com a agricultura familiar e o extrativismo e tem no cooperativismo uma vital ferramenta de desenvolvimento do setor (Da Silva; Andrade, 2017).

Atualmente, o Estado é constituído por 72 Cooperativas agrícolas, correspondente ao percentual 38,84% de todo universo de Cooperativas ativas registradas no Sistema Organizações Cooperativas do Brasil (OCB/PA, 2020).

4.1 SOBRE A COAFRA

Esta pesquisa terá como objeto de análise a Cooperativa Agroindustrial Frutos da Amazônia- COAFRA, que surgiu em julho de 2021 com a união de 65 agricultores de 04 municípios do nordeste paraense: Castanhal, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá e São Domingos do Capim. Ambos tinham um mesmo propósito: Buscar alternativas sustentáveis para continuarem produzindo no meio rural.

Figura 01: Foto sede da COAFRA na AGROVILA NAZARE-Castanhal



A localização da sede da cooperativa é no município de Castanhal, na Agrovila Nazaré, importante destacar que a localização da cooperativa possui caráter estratégico por ser limítrofe com os municípios de Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá e São Domingos do Capim, conforme pode ser observado na imagem 02 abaixo:

Figura 02: Localização COAFRA



Fonte: Imagem cedida pela diretoria da COAFRA, (2024)

Figura 04: Organograma COAFRA



Fonte: Relatório de gestão COAFRA, (2025).

Conforme figura 02 acima, a estrutura organizacional da COAFRA é formada por assembleia geral, conselho fiscal e conselho de administração, sendo o conselho de administração formado por membros que moram na Agrovila onde ela se localiza (agrovila Nazaré) e possuem formação técnica, e superior, o que para as cooperativas do Estado do Pará é um diferencial, uma vez que traz a cooperativa uma visão gerencial e técnica consolidada para a expansão da cooperativa de forma estratégica e sustentável, além disso a cooperativa possui estruturado setores como marketing, assessoria técnica e assessoria contábil, além de colaboradores que também moram na própria região onde a cooperativa está localizada, o que faz com que sejam gerados emprego e renda e fomenta o desenvolvimento local.

Atualmente, a área de atuação a cooperativa está em 10 municípios do nordeste paraense e no mercado institucional com 05 contratos (Instituto Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, Museu Emílio Goeldi e Exército Brasileiro) e no mercado privado com 02 contratos (Supermercado Formosa e Supermercado e Atacarejo Mateus) em vigência. Os principais produtos comercializados pela COAFRA são, venda de insumos, para os próprios cooperados que moram próximo ou não da região e para outras cooperativas, os insumos são: fertilizantes químicos, fertilizantes orgânicos, defensivos agrícolas, sementes e mudas. Seus ganhos podem ser visualizados de acordo com os gráficos abaixo:

Gráfico 01: Evolução do número por ano



Fonte: Relatório de gestão COAFRA, (2025)

Gráfico 01: Faturamento auferidos pela cooperativa por ano



Fonte: Relatório de gestão COAFRA, (2025).

É válido ressaltar, conforme entrevistas realizadas com os membros da diretoria da cooperativa, que o seu crescimento aconteceu de forma exponencial nos últimos 3 anos, em virtude vários diferenciais que a cooperativa possui em relação a outras do Estado do Pará, entre eles está no fato da alta escolaridade dos membros da diretoria, que cursaram nível técnico na área agrícola e florestal no Instituto Federal do Pará, do seu município (Castanhal) e cursaram nível superior em outras instituições, os membros da diretoria atuaram em empresas privadas e anos depois retornaram à local onde moravam na agrovila Nazaré, para então fundar a COAFRA, a opção de retornar por parte dos membros da diretoria aconteceu, com intuito de trazer desenvolvimento, emprego e renda para os moradores da agrovila, além de fortalecer o desenvolvimento sustentável dos agricultores e produtores rurais que lá residem.

Outro ponto de relevância presente da cooperativa consta no fato da ampliação de seu mercado e comercialização de seus produtos, diferentemente de cooperativas que iniciam sua atuação apenas comercializando seus produtos para merenda escolar, a COAFRA atua vendendo insumos para seus próprios cooperados e outras cooperativas vizinhas, além de comercializar com o mercado privado (Supermercados e Atacarejos) e instituições públicas

estaduais e federais.

Em relação ao número de cooperados, a COAFRA possui atualmente 234 cooperados, distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 03: Classificação dos cooperados

Classificação dos cooperados		
Classificação	Quantidade	Percentual
Agricultor Familiar	203	78%
Produtor Rural	48	18,5%
Profissionais Agrícolas	9	3,5%
Total	260	100%

Fonte: Relatório de gestão COAFRA, (2025).

De acordo com a tabela acima, da totalidade dos cooperados, 78% são agricultores familiares, 18,5% são produtores rurais e 3,5% são profissionais agrícolas.

No que diz respeito as ações de economia solidária realizadas pela COAFRA, além de trazer desenvolvimento para a região onde se encontra, no caso a AGROVILA NAZARÉ, oferecer emprego a comunidade local e renda igualitária aos seus membros, a cooperativa também oferece outras ações para a comunidade local, como aulas de reforço de português e matemática para crianças da escola municipal onde ela está localizada, com um professor particular pago com os recursos da cooperativa, conforme imagem abaixo:

Figura 05: Projeto Social - Reforço Escolar



Fonte: Relatório de gestão COAFRA, (2025).

Conforme imagem acima, é possível observar as ações consolidadas realizadas pela COAFRA para apoio a comunidade local, que antes do surgimento da cooperativa não possuía

instrumentos que pudesse se desenvolver, a não ser aqueles oriundos dos recursos públicos e sua gestão.

Além dessas ações é válido ressaltar que a COAFRA também fomenta práticas de conscientização ambiental junto aos seus cooperados, conforme imagem abaixo:

Figura 06: Conscientização ambiental COAFRA



Fonte: Redes sociais COAFRA

Conforme imagem acima, que foi publicada quando o Estado do Pará estava passando por intenso verão em que muitas queimadas estavam acontecendo, é possível observar o papel da cooperativa na conscientização ambiental junto aos seus cooperados, para que queimadas fossem evitadas em suas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo identificar quais ações voltadas para a economia solidária existem na cooperativa de frutos da Amazônia, foi possível observar que a COAFRA possui ações diretas que trazem desenvolvimento igualitário e justo para seus membros, bem como traz benefícios para a comunidade onde está localizada, como aulas particulares as crianças da rede pública local, financiada pela cooperativa, crescimento do número de cooperados a cada ano e aumento do seu rendimento de forma progressiva.

Outro ponto importante a se destacar sobre a COAFRA é que todos os membros da diretoria da COAFRA possuem nível técnico em nível superior, é relevante enfatizarque, descobriu-se que parte dos membros da diretoria fizeram o curso técnico, no mesmo local (Instituto Federal do Pará- IFPA) e também moram na mesma região onde a cooperativa está em funcionamento, ou seja a cooperativa gera emprego e renda para que os moradores da comunidade permanecem nela e possam trabalhar de forma conjunta para seu desenvolvimento.

Os achados desta pesquisa contribuem para o debate sobre o papel das organizações

comunitárias na construção de políticas públicas de base territorial. O modelo de gestão da COAFRA revela que práticas como transparência interna, comunicação aberta e retorno social à comunidade são elementos que poderiam ser incorporados em programas públicos voltados ao fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento local. Políticas que promovam esse tipo de arranjo podem potencializar a resiliência de comunidades amazônicas frente às desigualdades estruturais”.

Sendo assim, esta pesquisa demonstra a importância das cooperativas agrícolas como a gente para práticas de economia solidária, uma vez que seus princípios se consolidam por meio do próprio conceito e economia solidária e quanto maior o desenvolvimento da cooperativa, maior são os benefícios sociais e igualitários que as comunidades onde elas estão localizadas podem receber.

Pesquisas futuras podem realizar entrevistas estruturadas com os membros da comunidade em que a cooperativa se encontra, para identificar quais suas percepções a respeito do benefício da implantação da cooperativa, sob a ótica da economia solidária para a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. *In*: CATTANI, A. D. (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 232-241.

BARBOSA ARAUJO, Iasmim; PIMENTEL FILHO, J. Ernesto. Presente e futuro das moedas sociais no contexto digital e suas repercussões no desenvolvimento econômico: análise a partir do pluralismo produtivo. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 56, p. 86-110, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.143619>

CARLEIAL, L. Economia Solidária e Informalidade: Pontos de Aproximação, Propriedade Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. *In*: CONGRESSO DA FIEALC, 11., 2003, Osaka. *Anais [...]*. Osaka: Universidade de Osaka, 2003.

FRANÇA, Cilene Aragão et al. Objetivos do desenvolvimento sustentável: análise entre a vinculação e prática aplicada a mineradora Hydro no município de BARCARENA- PA. *Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, v. 13, 2022.

NUSSBAUM, Martha C. *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, D.; FERRARINI, A. V.; GRZYBOVSKI, D. Inovação social rural em práticas de economia solidária no coletivo Cooptar no Sul do Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 22, n. 3, p. 0-19, 2024.

SINGER, P. **Economia solidária**: Introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: UNESP, 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEODOROVICZ, Jeferson et al. Economia solidária e cooperativismo: a relevância de políticas públicas de incentivo às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **IUS GENTIUM**, v. 15, n. 1, p. 87-111, 2024.